

José Henrique Mouta Araújo

MANDADO DE SEGURANÇA

revista,
ampliada
e atualizada | **10^a**
Edição

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3 582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Equipe JusPodivm

Capa: Ana Caquetti

A663m Araújo, José Henrique Mouta
Mandado de Segurança / José Henrique Mouta Araújo – 10.ed., rev., atual. e ampl. -
São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.
576 p.

ISBN: 978-85-442-5110-2

1. Direito Constitucional. 2. Mandado de Segurança. I. Araújo, José Henrique Mouta.
II. Título.

CDD 341.2

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – Crb7 – Rj 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

▶	ABREVIATURAS E SIGLAS	35
▶	CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO	37
1.	A evolução do MS no sistema constitucional.....	37
2.	Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	39
▶	CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO	45
1.	MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita	45
2.	A formação de procedimento especial sincrético	52
▶	CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	61
1.	O Direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança?	61
2.	Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo	67
3.	A coisa julgada no mandado de segurança – O cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas	74
4.	Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção	79
▶	CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	83
1.	Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos	83
2.	O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites.	84
3.	O controle do processo administrativo disciplinar e o enunciado 665, da súmula da jurisprudência dominante do STJ	94
▶	CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332, DO CPC/15	97
1.	Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar.....	97
2.	Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança.....	99

2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial	100
2.2. A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução superantecipada da lide	102
2.3. O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios	105
► CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA	109
1. Introdução	109
2. Acepções da palavra liminar.....	110
3. Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória)	111
4. A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor	115
► CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO	125
1. Aspectos iniciais	125
2. Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação em caso de novas vagas	126
3. Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa?	136
4. Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?.....	138
4.1. Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância	139
4.2. Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	143
5. Concurso público e a discussão quanto a (in)existência de direito a indenização em decorrência de atraso na nomeação ou cancelamento do certame: um (breve) olhar jurisprudencial	153
► CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS.....	155
1. Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar.....	155
2. Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto – a importância do resultado da ADI 4296/STF	157
3. Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS.....	163

4.	Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15	165
5.	Cabimento de recurso contra a liminar no MS	171
▶	CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	181
1.	Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	181
2.	Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata.....	184
3.	Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento	185
4.	Aspectos procedimentais E COMPETÊNCIA PARA SUA APRECIÇÃO.....	198
4.a.	Decisão originária de magistrado de 1ª instância – Competência do TJ/ TRF e dos Presidentes dos Tribunais Superiores	199
4.b.	Agravo de Instrumento e efeito substitutivo: consequências em relação ao pedido de Suspensão e cabimento de Reclamação	199
4.c.	Decisão de Tribunal de Justiça ou Regional Federal: competência do STJ e STF	204
▶	CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA	209
1.	Introdução	209
2.	As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – Direitos fundamentais em análise	210
2.1.	O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos.....	210
2.2.	Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa.....	210
▶	CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL.....	217
1.	Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	217
2.	Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação	222
3.	Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual	226
▶	CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA.....	231
1.	Considerações preliminares	231
2.	Parte e terceiro – conceitos importantes.....	232
3.	Partes no mandado de segurança e a encampação.....	235
4.	Requisitos para aplicação da teoria da encampação no MS.....	243
4.1	Encampação e a competência absoluta: o Enunciado 628, do STJ.....	244

4.2	Parte e terceiro: encampação em qual localização processual?.....	247
5.	Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS.....	248
6.	Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo.....	252
6.1.	O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança	252
6.2.	Assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança	259
▶	CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS....	267
1.	Aspectos preliminares	267
2.	Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma.....	267
3.	O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública.....	270
4.	O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas).....	273
5.	A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso...	284
6.	Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo.....	288
▶	CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS	293
1.	Legitimidade/ interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial.....	293
2.	Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – Contagem dos prazos (art. 219 do CPC/15) .	296
3.	Impugnações em face da sentença: apelação, pedido de concessão de efeito suspensivo, pedido de suspensão de segurança e o cabimento de reexame necessário.....	299
4.	Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – sustentação oral no julgamento (IEI 13.676/18) – exaurimento ou não da instância ordinária.....	303
5.	Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança	308
▶	CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS.....	313
1.	Definição do tema	313
2.	Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal	313
3.	Consequências processuais decorrentes da admissão do ms em matéria penal ...	318
3.1.	Competência – Câmara / Vara Civil ou Criminal?.....	318
3.2.	Formação de litisconsórcio necessário.....	319
3.3.	Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória	321

▶	CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS.....	325
1.	Definição do tema	325
2.	Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior	326
3.	Atos do conselho federal da OAB.....	329
4.	Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais.....	331
5.	Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102, I, <i>d, n e r</i> , da CF/88	333
▶	CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	339
1.	A falta do ato e a possível violação de direitos.....	339
2.	O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão	340
3.	A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa.....	341
4.	Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?	345
▶	CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A LEI 12.016/09	353
1.	Introdução	353
2.	Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o msc e a ação popular	354
3.	A legitimação ativa	357
4.	O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no msc. (in) constitucionalidade do art. 22 da lei 12.016/09	361
▶	CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL.....	365
1.	Colocação do problema.....	365
2.	A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé.....	365
3.	Desistência recursal regular e do recurso repetitivo.....	369
4.	A desistência no mandado de segurança: seus momentos e a análise da interpretação jurisprudencial	371
▶	CAPÍTULO 20 – MULTA E MEDIDAS ATÍPICAS: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MS.....	377
1.	Introdução	377
2.	A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade	378

3.	Outras medidas atípicas – cabimento no Mandado de segurança	382
4.	A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas?	387
▶	CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS.....	395
1.	Introdução	395
2.	A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	396
3.	A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo	398
▶	CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	405
1.	Introdução	405
2.	O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais.....	406
3.	O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados	410
4.	A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento.....	415
▶	CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO	419
1.	Introdução	419
2.	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral.....	420
3.	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC	423
▶	CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	431
1.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecorribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo	431
▶	CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O CPC/15	439
1.	Introdução	439
2.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecorribéis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo.....	440
3.	Mandado de segurança contra decisão judicial no CPC/15 - O entendimento do tema 988/STJ	445
▶	CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15.....	451
1.	Introdução	451

2.	Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica e efeitos	452
3.	Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança.....	455
4.	Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento)	460
▶	CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	465
1.	Considerações introdutórias	465
2.	Efeito suspensivo (<i>legal e judicial</i>) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14, §3º, da lei 12.016/09)	466
3.	Poderes do relator e a primazia do mérito recursal	473
4.	Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS.....	474
▶	CAPÍTULO 28 – PRIMAZIA DE MÉRITO E REFLEXOS NO MS.....	485
1.	Necessário diálogo conceitual – primazia de mérito e diminuição do excesso de formalismo	485
2.	Decadência e denegação da segurança – possibilidades processuais – Análise da hipótese prevista no art. 488, do CPC.....	487
▶	CAPÍTULO 29 – PRESUNÇÕES DIFERENCIADAS E EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA NA AÇÃO RESCISÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA E DESAPROPRIAÇÃO	493
1.	Introdução	493
2.	Revelia e os efeitos materiais e processuais – mitigação da presunção de veracidade dos fatos e o CPC/15.....	494
3.	Inexistência dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação: preponderância de presunções diferenciadas	497
▶	CAPÍTULO 30 – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: VARIÁVEIS E CUIDADOS NECESSÁRIOS	503
▶	CAPÍTULO 31 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA DE PRECEDENTES E EM <i>HABEAS CORPUS</i>	509
▶	CAPÍTULO 32 – A COMPETÊNCIA DO STJ E STF PARA A APRECIÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO: ALGUMAS PONDERAÇÕES.....	515
▶	CAPÍTULO 33 – MANDADO DE SEGURANÇA E RECLAMAÇÃO VISANDO À CORRETA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA.....	521

▶	CAPÍTULO 34 – A COMPETÊNCIA DO STF PARA AS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ATOS DO CNJ E CNMP: A IMPORTÂNCIA DO TEMA FIXADO NA RCL 33.459, ADI 4.412 E PET 4.770.....	527
▶	CAPÍTULO 35 – PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR FORMULADO EM PROCESSO PENAL E POR ENTE PRIVADO: ALGUMAS PONDERAÇÕES	533
▶	CAPÍTULO 36 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA LIQUIDAÇÃO E NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM MANDADO DE SEGURANÇA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE	537
▶	CAPÍTULO 37 – DUAS SITUAÇÕES ENVOLVENDO A EVENTUAL PERDA DE INTERESSE PROCESSUAL: ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO E DO CONCURSO PÚBLICO.....	543
▶	CAPÍTULO 38 – A IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA E A LITISPENDÊNCIA COM OUTRAS AÇÕES	547
▶	CAPITULO 39 – ANEXOS	551
1.	Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança	551
2.	Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09.....	552
3.	Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	557
▶	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	559